

ATA DA 10ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE RECURSOS MINERAIS – CT-MINERAL

Data: 14 de julho de 2004

Horário: das 14:30h às 18:00h

Local: Centro de Convenções do Hotel Blue Tree Park

1 – PRESENTES

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Francelino Lamy de Miranda Grando – Presidente do Comitê e Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Giles Carriconde Azevedo – Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)

José Mendo Mizael de Souza – Representante do Setor Produtivo

Miguel Antônio Cedraz Nery — Representante do Órgão Regulador dos Recursos Minerais – Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)

Umberto Giuseppe Cordani – Representante da Comunidade Científica

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

José Donizetti Freire – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Rogério Amaury de Medeiros – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Ricardo Félix Santana – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Beto Ferreira Martins Vasconcelos – MCT/Secretaria de Política de Informática e Tecnologia (SEITEC)

Rita Rodrigues Assunção – MCT/Secretaria Técnica dos Fundos (SETEF)

Gabriela Santiago Mancin – MCT/Secretaria Técnica dos Fundos (SETEF)

1.3 - Ausências

Manoel Barral Netto – Representante do CNPq

Michel Chebel Labaki Júnior – Representante da FINEP

2 – PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura
2. Aprovação da Ata da 8ª Reunião
3. Aprovação da Ata da 9ª Reunião
4. Análise e deliberações sobre as ações a serem implementadas em 2004
5. Outros assuntos.

3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1. Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Francelino Lamy de Miranda Grando, procedeu à abertura da reunião cumprimentando a todos. Em seguida, fez um breve comentário sobre o calendário dos instrumentos, elaborado pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais durante a reunião realizada no dia 07.07.2004, onde ficou definido que os projetos de todos os Fundos Setoriais deverão ser contratados até o dia 30.10.2004.

3.2. Aprovação da 8ª Ata do Comitê Gestor

Dando seqüência, o Presidente colocou em votação a aprovação da 8ª Ata, a qual não havia sido aprovada na reunião anterior. Após a leitura, e efetuada a alteração proposta, de introdução, na página 5, linha 9, da seguinte expressão *pela Empresa BRANDT e adotada pelo Ministério do Meio Ambiente*, a Ata foi aprovada.

3.3– Aprovação da 9ª Ata do Comitê Gestor

Em seguida, o Presidente solicitou aos membros que fizessem a apreciação da 9ª Ata. Tendo em vista alguns questionamentos, e considerando as divergências apontadas, o Presidente decidiu incorporar as alterações solicitadas posteriormente, adiando a aprovação para a próxima reunião do Comitê.

3.4– Análise e deliberações sobre as ações a serem implementadas em 2004

3.4.1 - Análise e questionamentos sobre as ações a serem implementadas em 2004

O encaminhamento da discussão das ações a serem implementados em 2004, feito pelo Presidente, foi o de analisar inicialmente as ações transversais e após o conjunto das ações, envolvendo as ações transversais e setoriais. Primeiramente, o Presidente informou a todos sobre a orientação do Ministro Eduardo Campos de destinar 50% dos recursos disponíveis de cada Fundo para os programas transversais, tendo em vista que o objetivo prioritário do Governo é apoiar ações no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). O Presidente apresentou a proposta do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para as ações transversais em forma de planilha com o título "Fundos Setoriais - Propostas para o plano de investimento – ações transversais" (vide anexo I). A partir dessa planilha esclareceu que a disponibilidade do Fundo Setorial Mineral para 2004 é de R\$ 2,9 milhões. Esse valor foi ratificado pela FINEP. A sugestão feita é de que 50% desse valor será destinado às ações transversais. Assim, dos R\$ 1,5 milhão disponíveis, R\$ 1,0 milhão seria alocado para cooperação tecnológica entre instituto e instituições de ciência e tecnologia e empresas, e R\$ 0,5 milhão, em Tecnologia Industrial Básica - TIB. O Presidente destacou que essa planilha será trabalhada no Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral como uma proposta, desde que seja assegurada a participação para as ações transversais de 50% do valor disponível do Fundo Setorial Mineral para 2004, podendo, no entanto, esse valor ser redistribuído de acordo com as deliberações desse Comitê Gestor. Na análise da planilha, detectou-se uma inconsistência entre os valores de R\$ 2,693 milhões, apresentados na tabela original da Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais, datada de 06.07.2004, e o valor de R\$ 2,9 milhões constantes na tabela originária da mesma Secretaria Técnica datada de 14.07.2004. O Comitê Gestor, considerando as datas e os números que foram apresentados pela Secretária Técnica dos Fundos Setoriais, decidiu trabalhar com a data mais recente, em que pese ter verificado que na data anterior o valor era de R\$ 2.693.753,00, mas trabalhará com R\$ 2,9 milhões. O Presidente inicialmente pediu que o documento da Secretaria Técnica dos Fundos do MCT com o título "Programas e Ações Transversais" que explica os objetivos de cada uma das linhas de ações transversais fosse distribuído, via correio eletrônico, para todos membros do Comitê Gestor e a seguir esclareceu sobre as duas propostas de colaboração do Fundo Setorial Mineral para as ações transversais, a saber, cooperação tecnológica e TIB. Justificou a compatibilidade dos objetivos do Fundo Setorial Mineral com os valores das contribuições sugeridas, como também, com os critérios sugeridos para a participação desse Fundo em ambas ações transversais. Na linha de ação transversal de cooperação tecnológica entre instituto e instituições de ciência e tecnologia e empresas mostrou que o foco é a inovação, o apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), à pequena e média empresa, à transferência de tecnologia pelo estímulo a projetos cooperativos e também à linha de extensionismo tecnológico. Para esse item o MCT propôs alocar R\$ 30,8 milhões provenientes do conjunto de recursos de todos Fundos, através de grande edital, mas que terá os focos setoriais, que são definidos no âmbito do Comitê Gestor de cada Fundo Setorial, significando que os recursos contemplados nas ações transversais continuam à disposição das prioridades dos diversos Fundos Setoriais. No caso do TIB, o Fundo Setorial Mineral tem um foco específico setorial que também converge para a linha fundamental da PITCE, ou seja de estimular projetos competitivos, construir a estrutura de extensionismo tecnológico e fomentar transferência de tecnologia de instituições de ciência e tecnologia para empresas, sobretudo empresas de pequeno e médio porte. O Comitê mostrou consenso com relação à proposta do MCT de destinar 50% do valor disponível do Fundo Setorial Mineral para o ano de 2004 às ações transversais, que corresponde a R\$ 1,5 milhão, mas resguardou a prerrogativa do Comitê Gestor de deliberar sobre o foco e a distribuição dos recursos para as ações a serem implementadas em 2004. O Dr. Umberto Cordani colocou inicialmente que produziu em 2002 um documento, por encomenda do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que faz um exame das diretrizes e da primeira alocação de recursos realizada pelo Fundo Setorial Mineral. Propôs que esse documento fosse colocado à disposição de todos membros do Comitê Gestor para conhecimento. À luz desse documento e analisando as ações realizadas nos anos de 2001, 2002 e 2003, como também a planilha das ações transversais para o ano 2004, questionou a proposta de priorização dos investimentos do Fundo Setorial Mineral nos APL's de base mineral, pois seria mais razoável diversificar e investir em modalidades que melhor atendam aos objetivos principais do Fundo, que seria a formação de recursos humanos com a finalidade de elevar o nível científico e tecnológico da comunidade científica ligada ao setor mineral, visando a oferecer uma contrapartida adequada para perspectiva do aumento da demanda de novos investimentos na mineração, de tal maneira que possa garantir a qualidade e quantidade do Capital humano, fundamental para resguardar, nessa interação, a perspectiva de crescimento com soberania do país. Os Membros do Comitê Gestor Dr. José Mendo e Dr. Giles Azevedo, como também o Dr. Rogério Medeiros e Dr. Carlos Nogueira, defenderam e justificaram a priorização da ação de apoio à inserção de ciência, tecnologia e inovação em micros, pequenas e médias empresas de mineração organizadas em forma dos APLs de base mineral pelo Comitê Gestor e argumentaram que em todos projetos apoiados pelo CT-Mineral há a capacitação e qualificação de recursos humanos, a participação ativa da universidade e a integração empresa-universidade, sendo citados como exemplos o APL de Rochas Ornamentais do Estado do Espírito Santo, o APL em Pegmatitos no Rio Grande do Norte e Paraíba e o APL de Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul. Nesse sentido destacaram a prioridade dada aos APLs em função da existência, nos APLs, de inserção tecnológica, de ganhos rápidos de tecnologia mineral e de qualificação de pessoal, com o fim de ganho de posição competitiva e de preço no processo de mercado e de exportação. O Dr. Cordani sugeriu a redução dos recursos a serem destinados à ação de cooperação tecnológica em APLs e investimentos desses recursos em outras ações transversais como C&T e RH na Amazônia. O Dr. Umberto Cordani e Dr. Giles Azevedo propuseram apoio aos

investimentos em programas de formação de recursos humanos. O Presidente sugeriu que o tema fosse melhor discutido no momento de fechar as deliberações do conjunto das ações transversais e setoriais, que foram propostas de acordo com as orientações definidas pelo Comitê Gestor em sua 9ª Reunião Ordinária. O Presidente esclareceu que a proposta de R\$ 1,0 milhão para cooperação tecnológica entre instituições e empresas não significa um milhão somente em APL's. Significa apenas que os R\$ 30,8 milhões tratam de APL's como uma referência, mas englobam também outras ações, tais como: extensionismo tecnológico, arranjos pré-competitivos e projetos cooperativos e competitivos. Em seguida sugeriu que se fizesse a escolha do instrumento para os recursos destinados para projetos cooperativos entre instituições de ciência e tecnologia e empresas, propondo a alocação nessa ação de R\$ 600 mil dos R\$ 1,0 milhão sugeridos, e o uso de edital ou de encomenda específica para escolha de 1 ou 2 ou 3 APLs. Para os R\$ 400 mil restantes propôs a realização de edital ou encomenda para extensionismo tecnológico. O Dr. Rogério (FINEP) sugeriu que caso a FINEP fosse a agência executora dessa ação, o mais recomendável seria a utilização da encomenda, pois a FINEP teria mais condições de realizá-la no tempo previsto do que se fosse um edital. Caso fosse decidido que o instrumento de chamada de propostas para essa ação seja edital, sugeriu a sua realização através do CNPq. O Dr. José Mendo fez um aparte para comentar questão levantada por Dr. Umberto Cordani com relação às prioridades e ao foco do Fundo Setorial Mineral. Nesse sentido destacou que desde o início do Comitê Gestor deliberou-se como prioridade e foco a empresa, a micro e pequena empresa, e a Amazônia, e que, portanto, o componente empresa é crucial, mas, evidentemente, há uma preocupação em relação à visão da comunidade científica e a importância da participação da universidade e centros de tecnologia. O Presidente propôs iniciar a discussão da proposta do conjunto de ações, envolvendo as ações transversais e setoriais, elaborada com base nas orientações aprovadas na 9ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor. Foi distribuída a tabela 1 com o título "Propostas de Linhas de Ações do Fundo Setorial Mineral CT-Mineral para 2004 – Sugestões de Ações para o Plano Anual de Investimentos com Base no Orçamento Disponível de 2004 do CT-Mineral" (vide anexo II). Analisando essa tabela o Presidente do Comitê observou que o valor total de R\$ 2,055 milhões para 2004 é resultante dos R\$ 2,9 milhões menos os R\$ 761 mil provenientes da incorporação no orçamento de 2004 das ações Estudos de caracterização e estruturação dos APL's de bases minerais e Estudos ambientais aplicados à sustentabilidade da extração mineral e à contribuição à criação das Zonas Especiais de Extração Mineral (ZEEM), conforme decisão consensual na reunião ordinária passada. Restaria, então, uma margem de R\$ 100 mil para alocação. O Dr. Cordani manifestou preocupação a respeito do instrumento que deverá ser lançado e sugeriu que, em todos os casos, fosse um edital. Dr. Mendo salientou a possibilidade de se trabalhar tanto com editais quanto com encomendas, utilizando-se estas quando o objetivo for claro e bem definido, e aqueles de forma mais livre. O Presidente fechou a discussão apresentando a conclusão institucional de que ambos os instrumentos, o edital e a encomenda, são instrumentos lícitos e éticos, a depender exatamente do sentido público com que cada um deles for aplicado. O MCT não tem preconceito contra um nem contra outro. Por um lado compreende as razões trazidas pela FINEP, mas por outro lado não pode conceitualmente vincular uma decisão à maior facilidade ou à maior dificuldade de execução, mas deve tomar a decisão que busque maior eficiência e consequência. Dr. Giles Carriconde apresentou esclarecimentos sobre o item Programa de estudos geodinâmicos da Ação1: Formação, capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos, pertencente à Linha de ação C) Formação de recursos humanos em P&D no setor mineral. Esclareceu que a "Rede de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais" envolve um programa de capacitação de infra-estrutura de uma rede de laboratórios de análise isotrópica e geocronológica de última geração nas Universidades de São Paulo, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Pará, que totaliza a quantia de recursos de R\$ 20 milhões, já garantidos através da PETROBRAS e FAPESP, e um outro programa de formação e qualificação de recursos humanos para atender as necessidades de formação continuada de pessoal qualificado para trabalhar nos laboratórios da rede. Esse programa necessita de recursos para serem investidos em bolsas de pós-doutoramento, de pesquisador visitante e de apoio técnico e em auxílios para estágios e visitas no exterior, de pesquisadores brasileiros, que são da ordem de R\$ 250 mil, em 2004, e de R\$ 550 mil em 2005. Entretanto, em função do cronograma físico, o valor referente a 2004 ficaria reduzido a R\$ 60 mil. Reafirmou que os R\$ 550 mil seriam suficientes para atender às demandas de formação de recursos humanos para as universidades da rede no ano de 2005. Questionou sobre se essa mesma redução deveria ocorrer para o item exploração geológica (metalogênese) e tecnologia mineral para região Amazônica brasileira. O Dr. Umberto Cordani concordou com a redução de recursos proposto pelo Dr. Giles Carriconde para o item exploração geológica (metalogênese) e tecnologia mineral para região Amazônica brasileira da Ação1 da Linha de Ação C) na tabela 1, sugerindo o valor de R\$ 140 mil para 2004 e a manutenção do valor de R\$ 550 mil para 2005. O Dr. Giles Carriconde propôs, com referência à linha de ação B) Fomento ao desenvolvimento de bens de capital, o lançamento de uma encomenda dentro da Rede Brasil de Tecnologia para o desenvolvimento tecnológico de equipamento para lapidação facetada automatizada de pedra preciosa. Seria contratado projeto da UNIVATES em parceria com empresa do Rio Grande do Sul, em Gaurama, a qual já desenvolveu e está disponibilizando no mercado sistema completo de lapidação cabochão, em grande escala. O salto tecnológico para a produção automatizada de pedras facetadas está em estágio experimental, utilizando o sistema CNC (Comando Numérico Computadorizado), carecendo de recursos financeiros para a sua conclusão. O valor proposto pelo Dr. Giles Carriconde, para essa encomenda, é de R\$ 300 mil, em vez dos R\$ 200 mil sugeridos na tabela 1. O Presidente ressaltou, então, que esta proposta se encaixaria nas ações

transversais, como concessão de TIB. O Dr. Umberto Cordani propôs que fosse introduzida uma Ação3: Metalogênese ou prospecção geoquímica na Amazônia no item A) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e inovação do setor mineral, a ser executada através de edital que apoiasse duas linhas de pesquisa temáticas: metalogênese ou prospecção geoquímica do solo, de água, de sedimento de corrente e determinação de parâmetros geofísicos para aeromagnetometria, sensoriamento remoto, gamaradiometria. Sugeriu recursos na ordem de R\$ 1,0 milhão para essa ação. O Dr. Ricardo Santana lembrou que já existe uma ação do Plano Anual de Investimentos de 2003 do CT-Mineral na área de desenvolvimento de metodologia de prospecção geoquímica da Amazônia, que se encontra em fase de execução através de projeto coordenado pelo Professor Cláudio Porto da UFRJ. O Comitê Gestor aprovou que na implementação desse item haja necessariamente parcerias para qualificação de recursos humanos na Amazônia. Foi sugerido a inclusão da ação Metalogênese na Amazônia nas ações transversais. O Presidente destacou que essa sugestão está de acordo com o que foi decidido no planejamento estratégico do MCT, que elegeu como um dos grandes temas nacionais do Ministério exatamente a Amazônia, como mostra a ação denominada C&T Amazônia na tabela de ações transversais no anexo I. Nesse sentido, considera sem problema, a introdução da ação Metalogênese na Amazônia na ação transversal C&T Amazônia e proporia em contrapartida a redução em R\$ 400 mil dos 1,5 milhão propostos como contribuição do Fundo Setorial Mineral para as ações transversais, desde que compensados ou ampliados pelos recursos da ação Metalogênese na Amazônia. O Dr. Umberto Cordani pediu que constasse em ata o seu comentário sobre o investimento exagerado de 80 a 85 % dos recursos disponíveis na área de tecnologia mineral, desde que se incluía nessa área as ações de meio ambiente. Por essa razão, expressou o pensamento que um Fundo Setorial que pertence a um Ministério da Ciência e Tecnologia deveria dar mais atenção à parte referente ao desenvolvimento científico, inclusive no que diz respeito à Amazônia, que é praticamente desconhecida. Afirmou, ainda, que se esteja fazendo menos do que se poderia. O Dr. José Mendo defendeu fortemente um foco na questão do desenvolvimento sustentável, que é contemplada na Ação1: Pesquisa básica e aplicada para mitigação de impacto ambiental da indústria mineral da Linha de Ação A) na tabela 1 (vide Anexo II). No tocante aos eventos, Ação1: Eventos técnico-científicos do setor mineral da Linha de Ação D) na tabela 1, o Comitê Gestor aprovou que deveria apoiar especialmente àqueles que viessem a produzir trabalhos inéditos com foco em demonstração à sociedade da sustentabilidade da mineração. Foi aprovado o fluxo contínuo como instrumento de contratação para essa ação. O Dr. Rogério Medeiros salientou que não havia ficado definido qual instrumento seria utilizado na linha dos APL's. O Comitê Gestor resolveu delegar aos seus membros a interlocução para definição das pendências existentes nas ações a serem implementadas em 2004. O Dr. Giles Carriconde foi escolhido para servir de interlocutor na definição dos APLs e os instrumento de chamada de propostas a ser utilizado na implementação da ação referente ao Projeto Cooperativo Instituições Científicas e Tecnológicas e Empresas Organizadas em Arranjos Produtivos Locais. O Dr. Umberto Cordani foi escolhido para realizar a interlocução na descrição e formatação dos editais das ações referentes ao desenvolvimento de C & T e formação de recursos humanos em exploração geológica da Amazônia brasileira. O Dr. José Mendo foi escolhido para servir de interlocutor para ação dos Eventos técnico-científicos do setor mineral. O Comitê Gestor decidiu por consenso que a elaboração, avaliação e validação dos editais e encomendas serão feitas de maneira virtual através do correio eletrônico e telefone.

3.4.2 - Deliberações

Após todas as discussões e questionamentos definiu-se o valor de R\$ 2.100 milhões que serão distribuídos da seguinte forma:

A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do Setor Mineral

Ação 1: Pesquisa básica e aplicada para mitigação de impacto ambiental da indústria mineral – R\$ 500 mil;

Ação 2: Projetos cooperativos: Instituições Científicas e Tecnológicas e Empresas Organizadas em Arranjos Produtivos Locais (2 a 3 APL's) - R\$ 500 mil;

Ação 3: Amazônia – R\$ 500 mil.

B) Fomento ao desenvolvimento de bens de capital

Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para o setor mineral para substituição de importações – estudos e desenvolvimento de bens de capital – R\$ 300 mil;

C) Formação de Recursos Humanos em P&D do Setor Mineral

Ação 1: Formação, capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos – R\$ 200 mil;

D) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral

Ação 1: Eventos técnico-científicos do setor mineral – R\$ 60 mil, restando um valor de R\$ 40 mil com mais R\$ 40 que sobraram, somaria um total de R\$ 80 mil que seria destinado para TIB.

A elaboração, avaliação e validação dos editais e encomendas serão feitas de maneira virtual através do correio eletrônico e telefone.

3.5 - Outros assuntos

Dr. Mendo sugere que, para a próxima reunião, seja produzido um documento para distribuição aos conselheiros que recupere a decisão tomada de ter sempre a empresa participando e o foco da Academia e do Instituto de Ciência e Tecnologia voltado para uma aplicação prática. Ressalta, ainda, a importância de se levar ao público alvo – academia, setor produtivo, governo e etc. – a clareza e a consistência nas tomadas de decisões do Comitê Gestor. Também solicitou que fosse esclarecida a questão da duração do seu mandato como representante do setor produtivo, pois há necessidade de começar a pensar em sua sucessão, para que não ocorra solução de continuidade na representação do setor produtivo no Comitê Gestor e possa preparar adequadamente o seu sucessor.

4 PRÓXIMA REUNIÃO

A princípio, a 11ª e a 12ª Reuniões Ordinárias do Comitê Gestor serão realizadas em Brasília, DF, das 10h às 17h, nos dias 04.11.2004 e 03.12.2004, respectivamente.

Já foram aprovados, para serem incluídos na pauta da 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, os seguintes temas:

- Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor.
- Exposição do Representante do Setor produtivo, o Dr. José Mendo, sobre o mapeamento de biótipo e uso de imagens no zoneamento econômico e ecológico, cujo título e conteúdo serão especificados oportunamente pelo palestrante.
- Discussão de documento, que deverá ser preparado previamente, no âmbito da Secretaria, consistindo de um roteiro explicativo das prioridades do Governo e das prioridades e do foco do Fundo Setorial Mineral, que deverá subsidiar todos os membros do Comitê Gestor com material informativo sobre as decisões tomadas, possibilitando-os fornecer explicações às informações demandadas por seus pares na comunidade científica, produtiva e no Governo. O documento prévio deverá ser enviado a todos os membros para se colherem contribuições, antes da realização da 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor.

5 - ASSINATURAS

Francelino Lamy de Miranda Grando
Presidente do Comitê e Representante do MCT

Giles Carriconde Azevedo
Representante do MME

Manoel Barral Netto
Representante do CNPq

Michel Chebel Labaki Júnior
Representante da FINEP

Miguel Antônio Cedraz Nery
Representante do DNPM

José Mendo Mizael de Souza
Representante do Setor Produtivo

Umberto Giuseppe Cordani
Representante da Comunidade Científica

Anexo I: Fundos Setoriais - Propostas para o plano de investimento – ações transversais

FUNDOS SETORIAIS															
PROPOSTA PARA O PLANO DE INVESTIMENTO - AÇÕES TRANSVERSAIS															
AÇÃO	FUNDOS ENVOLVIDOS / VALOR (R\$ MILHÕES)													TOTAL	
	CT - AMAZONIA	CT - AEREO	CT - AGRICO	CT - BIO	CT - ENERGI	CT - ESPACIAL	CT - INFRA	CT - PETRO	CT - HIDRO	CT - MINERAL	CT - SAUDE	CT - INFO	CT - TRANSP		FVA
Recursos Humanos p/ PITCE		0,8	0,5	0,5	0,3			0,6	0,5		0,5	0,3		2,0	6,0
Lab. Nacional de Tecnologia Industrial (Micro e Nanotecnologia)														5,0	5,0
Inventário Tecnológico/RBT			1,9		1,9			2,9						3,3	10,0
Laboratório de Metrologia Química					1,3			4,6						1,6	7,5
Novo Laboratório de Metrologia de Materiais					1,9			2,9						1,7	6,5
TI Meteorologia e R. Hidricos			0,8		0,5				2,2					0,5	4,0
Programa de Apoio a Segmento Emergente/Visualização		0,8	0,5		0,6			0,6				0,7		0,5	3,7
Programa Nacional de Qualificação e Modernização de ICT's		1,7	0,9		0,5	0,5	8,6	0,0				0,3		3,7	16,2
PNI e Parques Tecnológicos			1,9		1,3									3,8	7,0
C&T Amazônia	1,3		0,9		1,3		1,9	1,7	1,0					1,8	9,9
Cooperação Tecnológica: ICT's e Empresas		1,7	2,0	3,0	2,5			5,8	1,0	1,0	5,2	0,7	1,0	7,0	30,8
Software					0,6			1,2				2,0		2,7	6,5
Biblioteca de Componentes					0,6			0,6				0,7		0,5	2,4
TIB					1,3			2,3		0,5				2,2	6,2
Biodiesel					2,2			1,8							4,0
SUBTOTAL	1,3	5,0	9,4	3,5	16,8	0,5	10,5	25,0	4,7	1,5	5,7	4,7	1,0	36,3	125,8
TOTAL DISPONÍVEL P/ FUNDO	9,3	9,9	18,9	5,4	33,6	1,0	21,0	51,1	9,3	2,9	9,2	9,4	2,0	73,0	256,0
SALDO DISPONÍVEL P/ OUTRAS AÇÕES	8,0	5,0	9,5	1,9	16,8	0,5	10,5	26,1	4,7	1,5	3,5	4,7	1,0	36,7	130,2

Anexo II: Propostas de Linhas de Ações do Fundo Setorial Mineral CT-Mineral para 2004 – Sugestões de Ações para o Plano Anual de Investimentos com Base no Orçamento Disponível de 2004 do CT-Mineral

Tabela 1: Proposta de LINHAS DE AÇÕES DO FUNDO SETORIAL CT-MINERAL PARA 2004									
SUGESTÃO DE AÇÕES PARA O PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS COM BASE NO ORÇAMENTO DISPONÍVEL DE 2004 DO CT-MINERAL									
Ações	Instrumento	Instituição	Recursos 2004		Repercussão 2005 (R\$)	Subtotal (R\$)	Possíveis Fundos participantes		Subtotal Recursos (RS)
			(R\$)	(%)			Fundos	Recursos (RS)	
A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do setor mineral			1.200.000,00	58,4	400.000,00	1.600.000,00			1.600.000,00
Ação 1: Pesquisa básica e aplicada para mitigação de impacto ambiental da indústria mineral	Edital	CNPq	600.000,00	29,2	400.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00
- Pesquisa básica - Aproveitamentos de rejeitos e reuso de efluentes da indústria mineral de micros e pequenas empresas de mineração.				0,0		0,00			0,00
- Desenvolvimento de tecnologias e metodologias para prevenção e tratamento de drenagem ácidas de minas (CT-Hidro)				0,0		0,00			0,00
Ação 2: Projetos cooperativos de inclusão de C, T & I em micros, pequenas, médias empresas de base mineral na forma de APLs (2 a 3 APLs)	Encom./Edital	FINEP/CNPq	600.000,00	29,2		600.000,00			600.000,00
B) Rede Brasil de Tecnologia - Decreto 4776 de 10.07.2003			300.000,00	14,6	0,00	300.000,00			300.000,00
Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para o setor mineral para substituições de importações	Estudo	Encomenda	100.000,00	4,9		100.000,00			100.000,00
	Desenvolvimento de bem de capital	Edital	200.000,00	9,7		200.000,00			200.000,00
C) Formação de Recursos Humanos em P&D do setor mineral			500.000,00	24,3	1.100.000,00	1.600.000,00			1.600.000,00
Ação 1: Formação, capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos	Geodinâmicos	Edital	250.000,00	12,2	550.000,00	800.000,00			800.000,00
	Exploração geológica (metalogênese) e tecnologia mineral para Região da Amazônia brasileira e agregados para construção civil	Edital	250.000,00	12,2	550.000,00	800.000,00			800.000,00
C) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral			55.000,00	2,7	0,00	55.000,00			55.000,00
Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral	Fluxo contínuo	FINEP/CNPq	55.000,00	2,7		55.000,00			55.000,00
T O T A L			2.055.000,00	100,0	1.500.000,00	3.555.000,00			3.555.000,00
SITUAÇÃO ATENDENDO COMPROMISSOS ANTERIORES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (2%) E DESPESAS OPERACIONAIS (5%) (em R\$)									
Orçamento aprovado para o CT-Mineral para 2004									5.000.000,00
Taxa de administração da FINEP (%) e despesas de operacionais (5%) (situação em 03 DE JUNHO DE 2004)									350.000,00
Orçamento disponível para contratação de convênios do CT-Mineral para 2004 segundo a FINEP (situação em 03 DE JUNHO DE 2004)									4.650.000,00
Total da incorporação das ações de Estudos de carac. e estr. de APLs de base mineral e Estudos ambientais apl. à sustentabilidade da extração mineral e à contribuição à criação das ZEEM									761.000,00
Total Comprometido para 2004 devido aos compromissos assumidos conforme informação da FINEP (situação em 03 DE JUNHO DE 2004)									1.769.000,00
Saldo para contratação de novos projetos em 2004 (situação segundo a FINEP em 03 DE JUNHO DE 2004)									2.120.000,00
Comprometimento de 30 % dos recursos do Orçamento de 2005. Lei do orçamento 2005 (estimativa de R\$ 8.000.000,00. Considerando a remoção da reserva de contingenciamento, teria-se disponível para 2005 o montante de R\$ 7.000.000,00 para novas ações) (R\$)									2.100.000,00